

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Icó

1ª Vara Cível da Comarca de Icó

Av. Josefa Nogueira Monteiro, 1760, Centro - CEP 63430-000, Fone: (88) 3561-1113, Icó-CE - E-mail: ico.1civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001754-92.2019.8.06.0090**
Aposos: **0048342-65.2016.8.06.0090**
Classe: **Cumprimento Provisório de Decisão**
Assunto: **Multa Cominatória / Astreintes**
Autor e Requerente: **Justiça Pública e outro**

Requerido: **Município de Icó/CE**

Vistos em conclusão.

I. RELATÓRIO:

Trata-se os autos de uma execução de multa (*astreintes*) e, alternativamente, o sequestro de verbas públicas, em virtude do descumprimento de decisão liminar em sede de Ação Civil Pública, que determinou ao Município de Icó o fornecimento de medicamentos e realização de exames médicos.

Decisão de págs. 15/19, determinou o sequestro de valores, bem como a realização dos exames requeridos.

Ofício de pág. 24, da Caixa Econômica Federal, informou sobre a efetivação do bloqueio de R\$ 471,00 (quatrocentos e setenta e um reais).

A executada manifestou-se pela revogação da decisão que bloqueou as verbas públicas e determinou a realização dos exames, afirmando que pelo tempo decorrido a requerente não estaria mais grávida/lactante (págs. 26/29).

Manifestação da exequente, pugnando para a rejeição dos pedidos da executada, com a efetivação do bloqueio das verbas e a realização dos exames requeridos, pois não estariam atrelados à gravidez/amamentação.

É o relatório. Decido.

II. FUNDAMENTAÇÃO:

O presente feito deve ser julgado antecipadamente, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez a documentação carreada aos autos é suficiente ao exame do mérito da causa.

Quanto ao mérito, a lide é procedente. Explico.

De início, entendo como necessário estabelecer que é dever do Estado prestar assistência à saúde, assim o fazendo de forma universal e igualitária, sem qualquer distinção, não se podendo justificar a recusa ou a interrupção de fornecimento de medicação a pacientes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Icó

1ª Vara Cível da Comarca de Icó

Av. Josefa Nogueira Monteiro, 1760, Centro - CEP 63430-000, Fone: (88) 3561-1113, Icó-CE - E-mail: ico.1civel@tjce.jus.br

com doenças crônicas em razão desses medicamentos, ou mesmo produtos médicos, não estarem relacionados em lista elaborada pelo Ministério da Saúde, que evidentemente é feita de forma unilateral e dificilmente incluirá todos os medicamentos essenciais e excepcionais necessários pelos pacientes, até mesmo em razão da constante atualização de medicamentos e de novas técnicas de tratamento lançadas no mercado.

O que remonta a uma disposição constitucional, conforme artigo 196, da Constituição Federal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (CF, art. 196).

Foi nesse sentido que a Decisão dos autos principais (proc. nº 0048342-65.2016.8.06.0090), concedeu a liminar pleiteada pelo Ministério Público Estadual, para fornecer a medicação e a realização dos exames pleiteados, estabelecendo, inclusive, multa diária em face do não cumprimento nos termos do art. 537 do CPC.

Nesse sentido, em virtude da inércia da edilidade em cumprir a Decisão Judicial, o Órgão Ministerial propôs a execução da referida multa, que pelo tempo decorrido superaria a monta de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), mas também propôs, alternativamente, que fossem bloqueados valores necessários à compra dos remédios (R\$ 471,00 – quatrocentos e setenta e um reais), juntamente com a obrigação de realizar, através da Secretaria de Saúde Municipal, os exames médicos requeridos.

Dessa forma, a Decisão de págs. 15/19 concedeu o bloqueio dos valores, efetivado à pág. 24, e a impôs a feitura dos exames, considerando o que já fora determinado nos autos principais, em acordo com os princípios constitucionais.

Ocorre que, mesmo assim o Município de Icó ainda se insurge contra a Decisão, requerendo sua revogação. Alega que, pelo tempo decorrido, a paciente já não seria mais lactante/gestante, não fazendo sentido a realização dos exames e a oferta da medicação. Tais argumentos não merecem prosperar.

Destaca-se que, em nenhum momento, o estado de gravidez foi usado como fundamento para concessão das medidas pleiteadas, sendo apenas mais uma circunstância favorável, mas não impositiva.

Dessa forma, mesmo com o lapso temporal decorrido, foi noticiado pelo Ministério Público que a parte representada ainda demonstra interesse nas medidas concedidas, pois o problema de saúde relatado não teria relação direta com a gravidez, apenas poderia ter sido por ela agravado.

Por tais motivos, a Decisão Liminar deve ser mantida.

III. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, extingo o presente julgando pela procedência dos pedidos contidos na exordial, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC, confirmando

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Icó****1ª Vara Cível da Comarca de Icó**

Av. Josefa Nogueira Monteiro, 1760, Centro - CEP 63430-000, Fone: (88) 3561-1113, Icó-CE - E-mail: ico.lcivel@tjce.jus.br

Decisão de págs. 15/19.

Expeça-se alvará de levantamento, caso não tenha sido feito.

Sem custas, tendo em vista a parte autora.

Com o trânsito em julgado, archive-se com as devidas baixas.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Expedientes necessários.

Icó/CE, 17 de agosto de 2022.

Ramon Aranha da Cruz

Juiz